

MARCADORES SOCIAIS E FORMAÇÃO EM MÚSICA: um estudo orientado pela interseccionalidade na Escola de Música da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

GTE 18 - Gênero, Sexualidade, Interseccionalidade e/m Educação Musical

Comunicação

*Yanaêh Vasconcelos Mota
PPGMus/UFRGS¹
yanaeh01@gmail.com*

*Carlos Antonio Santos Ribeiro
PPGMUS/UFRN
ribeirocarlos17@gmail.com*

*Francisco Ernani de Lima Barbosa
PPGMUS/UFRN
Secretária de Educação do Estado do Ceará (SEDUC - CE)
ernanibarbosa2018@gmail.com*

*Wenderson Oliveira
PPGE/UECE
Secretaria Municipal de Educação de Sobral (CE)
wendoliveira@gmail.com*

*Mário André Wanderley Oliveira
UFRN / UERN
mario.andre@ufrn.br*

Resumo: Esta comunicação traz a síntese dos resultados de uma pesquisa sobre marcadores sociais na formação e atuação em música. Iniciado em 2019 pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Música da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (GRUMUS/UFRN), o estudo toma como campo empírico a Escola de Música da UFRN. A pesquisa se caracteriza como um *survey* interseccional baseado na internet, com a utilização de questionário on-line autoadministrado. Os resultados foram coletados junto à comunidade acadêmica no primeiro semestre de 2020. A maior parte dos/as respondentes demonstrou interesse em temas como gênero, sexualidade, relações étnico-raciais e deficiências, os quais não foram, em sua perspectiva, abordados, em alguma medida, em sua formação acadêmica. Isso parece impactar a percepção do conhecimento que acreditam ter sobre tais temas. E, em diferentes níveis, o grupo reconhece que esses são importantes para a formação e atuação na área de música. Com o avanço do estudo, esperamos contribuir com o entendimento da educação musical como uma instância de enfrentamento às múltiplas formas de preconceito, discriminação e opressão existentes hoje.

¹ Bolsista CAPES.

Palavras-chave: Marcadores sociais; Interseccionalidade; Formação em Música.

1 Introdução

A formação e a atuação docente em música constituem um campo temático amplamente abordado em estudos, pesquisas e ensaios na área de Educação Musical, sobretudo nas últimas três décadas. Embora muitas das dimensões fundamentais atinentes ao tema tenham sido – e venham sendo – contempladas na literatura acadêmico-científica sobre tal campo, é perceptível que ainda são incipientes as linhas de estudo que consideram os marcadores sociais – e suas intersecções – no meio acadêmico-musical, bem como sobre a sua presença na formação e na atuação em música. Nesse sentido, esta investigação, orientada pelas proposições teórico-metodológicas da interseccionalidade, se insere na mencionada linha, tomando como objeto de estudo os marcadores sociais e suas sobreposições na comunidade acadêmica da Escola de Música da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (EMUFRN) e a percepção dessa comunidade sobre a presença de temas correlatos em sua formação e atuação na área.

Campo empírico desta investigação, a EMUFRN oferta formação em música, em diferentes níveis e modalidades, por meio de cursos de extensão, cursos técnicos de nível médio, graduação (Licenciatura e Bacharelado) e pós-graduação (especialização e mestrado). Compõem o corpo docente e discente dessa comunidade acadêmica, professores/as e estudantes oriundos/as de realidades socioculturais e econômicas diversas, tendo, ademais, identidades políticas e marcadores sociais distintos, o que reflete na identidade do Grupo de Estudos e Pesquisa em Música (GRUMUS).

Por meio dos seminários sobre leituras relacionadas aos conceitos de gênero, de sexualidade, de interseccionalidade e às vertentes do feminismo², estabelecemos como problema de pesquisa: de que forma o tema “gênero, sexualidade e interseccionalidades” está/esteve presente na formação artístico-cultural e acadêmico-científica em música de docentes e discentes da EMUFRN? A partir do estabelecimento do problema de pesquisa, definimos como objetivo geral: investigar, sob a perspectiva da interseccionalidade, a percepção de discentes e docentes da EMUFRN sobre marcadores sociais da diferença,

² Nos seminários, foram contemplados as seguintes vertentes: Feminismo Liberal, Feminismo Marxista, Feminismo Negro, Feminismo Radical, Feminismo Lésbico, Feminismo Interseccional, Transfeminismo, Ciberfeminismo, Ecofeminismo e os Feminismos Cristão e Ateu.

distintas formas de preconceito, opressão, discriminação e suas relações com formação e atuação na área de Música.

2 Fundamentação teórica

2.1 Marcadores sociais da diferença

Marcadores sociais da diferença são sistemas de classificação que organizam a experiência ao identificar pessoas em determinadas categorias sociais, tais como gênero, sexualidade, raça, capacidade, religiosidade, classe social, geração (ZAMBONI, 2014, p. 13). A perspectiva acadêmica sobre os marcadores sociais da diferença começou a ser difundida no século XX a partir das demandas dos movimentos sociais e suas atuações políticas dentro das universidades (ZAMBONI, 2014, p. 17). De acordo com Pelúcio (2011, p. 79), a discussão sobre marcadores sociais da diferença “têm seu ponto de referência no ‘feminismo das diferenças’, nascido nos Estados Unidos ao longo dos anos 1980”. Essa vertente feminista tem como objetivo

salientar que o sujeito é social e culturalmente constituído em tramas discursivas nas quais gênero, raça, religião, nacionalidade, sexualidade e geração não são variáveis independentes, mas se enfeixam de maneira que o eixo de diferenciação constitui o outro ao mesmo tempo em que é constituído pelos demais (PELÚCIO, 2011, p. 79).

Essa perspectiva auxiliou na percepção da articulação entre as categorias sociais, as relações de poder e os sistemas de dominação mais amplos, evidenciando os processos de produção e reprodução de desigualdades (ZAMBONI, 2014, p. 15).

O estabelecimento de sistemas de classificação faz parte de processos culturais, pois “[é] pela construção de sistemas classificatórios que a cultura nos propicia os meios pelos quais podemos dar sentido ao mundo social e construir significados” (WOODWARD, 2020, p. 42). Essas classificações se constroem em torno da diferença e, assim, geram identidades. Segundo Kathryn Woodward,

[a]s identidades são fabricadas por meio da marcação da diferença. Essa marcação da diferença ocorre tanto por meio de sistemas *simbólicos* de representação quanto por meio de formas de exclusão *social*. A identidade, pois, não é o oposto da diferença: a identidade *depende* da diferença (WOODWARD, 2020, p. 40, grifos da autora).

Tanto a identidade quanto a diferença, além de serem dependentes uma da outra, são resultados de “atos de criação linguística” (SILVA, 2020, p. 76) e se relacionam com o poder. A identidade e a diferença não são essenciais, mas produzidas e reproduzidas no mundo social e cultural, por meio do discurso, pois

[é] precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas (HALL, 2020, p. 109).

Vale lembrar que “a diferença não é sempre um marcador de hierarquia e opressão” (BRAH, 2006, p. 274). No entanto, há a hierarquização de marcadores sociais da diferença de forma que “[a] afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais” (SILVA, 2020, p. 81).

O processo de divisões de identidades – ou a classificação dos marcadores sociais da diferença e suas hierarquizações – é central na vida em sociedade. Nessa divisão, muitas vezes binária, alguns marcadores são considerados como norma, sendo este um dos processos “mais sutis pelos quais o poder se manifesta no campo da identidade e da diferença” (SILVA, 2020, p. 83). A normalização de identidades ocorre em dois movimentos. O primeiro movimento coloca todas as pessoas que se aproximem da identidade hegemônica em posição de privilégio. O segundo movimento é o de apagar a diferença na produção das identidades “normais” (normalizadas), de modo que se tornem “naturais”, ignorando que “[a]s identidades estão sujeitas a uma historicização radical” (HALL, 2020, p. 108) que “funcionam por meio da exclusão” (HALL, 2020, p. 129). Desse modo, “a força homogeneizadora da identidade normal é diretamente proporcional à sua invisibilidade” (SILVA, 2020, p. 83).

A partir desse emaranhado de identidades, teias de diferenças e produção de desigualdades, recorreremos à interseccionalidade para compreender a multiplicidade de articulações possíveis entre os marcadores sociais da diferença.

2.2 Interseccionalidade como ferramenta teórica

Escolhemos a interseccionalidade como ferramenta teórica em nossa pesquisa, pois acreditamos que os corpos são entrecruzados e compostos por múltiplas identidades, como

sexualidade, gênero, classe, capacidade e outras. Conceição Nogueira (2017) afirma que a identidade opera de modo interseccional nas múltiplas corporalidades. Ao afirmar que a identidade é interseccional, a autora reforça a inseparabilidade dos marcadores sociais nas experiências corpóreas de sujeitos. Com isso, é possível entender que todas as pessoas são atravessadas por essas múltiplas experiências identitárias. No entanto, algumas delas, pela ação discursiva da norma, estão inscritas nas zonas de violência e de precariedade. A analítica interseccional nos ajuda a compreender essas múltiplas opressões e seus entrecruzamentos.

O termo interseccionalidade foi difundido por Kimberlé Crenshaw (2020 [1991]; 2002) ao discutir sobre a inobservância dos discursos antirracistas e discursos feministas ao considerar identidades que se entrecruzavam, como as experiências de mulheres negras. Para ela, “as experiências das mulheres de cor são frequentemente produtos da intersecção de padrões racistas e sexistas”, ou seja, “por causa de sua identidade interseccional de mulher e de pessoas de cor, as mulheres de cor são marginalizadas dentro de ambos os discursos” (CRENSHAW, 2020, p. 26). Nesse aspecto,

A associação de sistemas múltiplos de subordinação tem sido descrita de vários modos: discriminação composta, cargas múltiplas, ou como dupla ou tripla discriminação. A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Neste texto, pensamos que “o sujeito é um efeito das linguagens, dos discursos, dos textos, das representações, das enunciações, dos modos de subjetivação, dos modos de endereçamentos, das relações de poder-saber” (PARAÍSO, 2014, p. 37). Assim, ao tratar de interseccionalidade, tratamos dos modos pelos quais os sujeitos, nas encruzilhadas identitárias, sofrem pelos sistemas múltiplos de poder, o que faz com que essas experiências corporais estejam em permanente opressão pelas normas. Isso quer dizer que as maneiras em que [des]fazemos gênero, vivemos a sexualidade, somos posicionadas/os racialmente ou possuímos limitações de capacidade de quaisquer ordens, ao serem interligadas entre si,

provocam efeitos diversos nas redes de poder-saber, o que ocasiona também tipos de assujeitamentos diferentes para cada pessoa.

3 Metodologia

A pesquisa se caracteriza como um survey interseccional baseado na internet, com a adoção da técnica “bola de neve” (COHEN; MANION; MORRISON, 2007). Para tal, recorreremos a duas estratégias principais de divulgação do instrumento: 1) envio do questionário a estudantes da EMUFRN por meio do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA/UFRN); 2) postagens do link do questionário nas redes sociais do GRUMUS. Considerando a categoria de survey escolhida — interseccional —, os dados foram coletados, por meio de um questionário on-line autoadministrado, entre os dias 30 de junho de 2020 a 30 de agosto de 2020.

Obtivemos um total de 118, mas, por motivos de repetição ou não adequação ao objetivo geral da pesquisa, excluimos 4, ficando com 114 respostas consideradas válidas para a análise. Neste texto, especificamente, são apresentados dados obtidos por meio de estatística descritiva.

Cabe frisar que, antes da aplicação, o questionário elaborado pelo Grupo foi testado e ajustado previamente em um teste piloto realizado nos dias 19 e 20 do mês de março de 2020. Participaram dessa etapa da pesquisa 48 estudantes que, por serem de outras unidades da UFRN ou de outras instituições, não responderam ao questionário definitivo da pesquisa. Convém ainda mencionar que, inicialmente, este survey se configurou como a etapa de avaliação diagnóstica de uma pesquisa-ação, cuja fase de intervenção aconteceria no ano de 2020 nos diversos espaços da EMUFRN. Entretanto, o plano de atividades que já havia sido previamente elaborado e discutido em grupo, foi repensado, em função da pandemia da Covid-19, que não permitiria a realização de atividades e/ou intervenções presenciais, nesse sentido foram pensadas intervenções on-line. Todavia, era previsto que, provavelmente, essas ações não contemplariam grande parte da comunidade acadêmica.

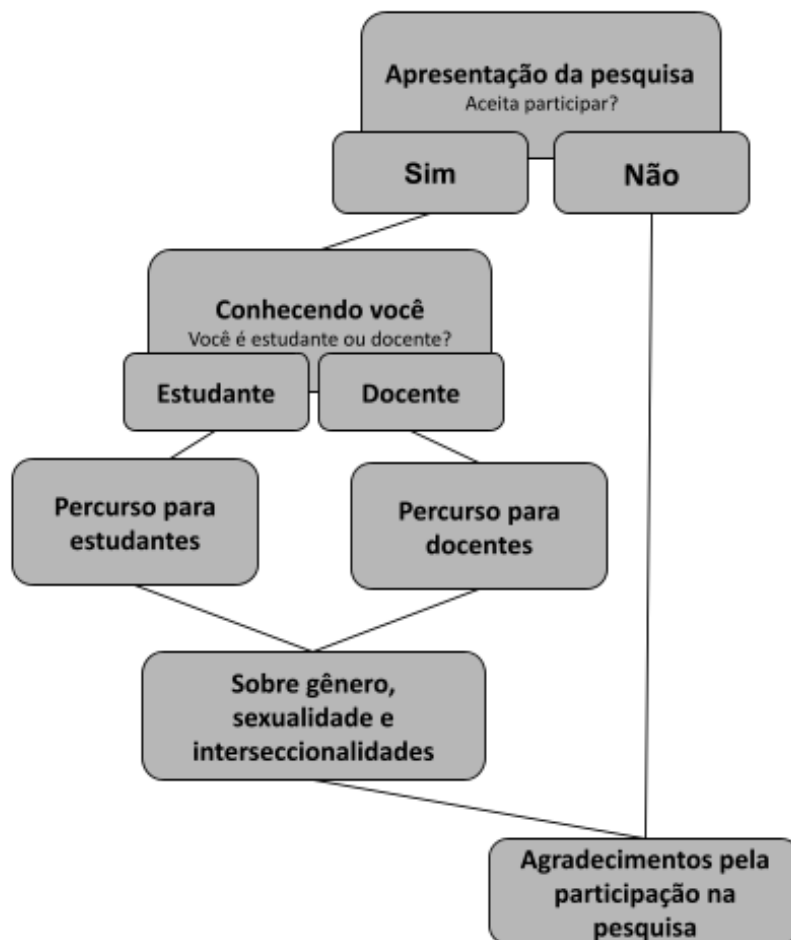
O questionário on-line autoadministrado, foi construído em cinco blocos principais que variavam de acordo com as respostas, conforme a figura 1. No primeiro bloco estavam listados a apresentação e objetivos da pesquisa. O bloco introdutório (segundo bloco), comum a todas as pessoas respondentes, continha perguntas direcionadas a conhecer as pessoas

respondentes como sujeitos sociais (nome – civil ou social –, idade, identidade de gênero, identidade sexual, estado civil, classe social, naturalidade, cidade de residência, grupo familiar, deficiência, cor/raça/etnia, religião). As perguntas do terceiro bloco estavam direcionadas para estudantes. É interessante mencionar que as pessoas com perfil duplo (estudantes e docentes da EMUFRN) foram direcionadas para o terceiro bloco. O quarto bloco foi direcionado para docentes. Já o quinto e último bloco foi etapa comum a todas as pessoas respondentes. Majoritariamente com perguntas de escolha única, em grade, e com três perguntas abertas que, em etapa posterior, foram categorizadas, buscamos compreender a presença das discussões que contemplem os 9 (nove) temas que emergiram nos nossos estudos sobre interseccionalidade (gênero e diversidade sexual; ecologia e sustentabilidade; configurações familiares; diversidade sociocultural; corpo e corporeidade; raça/cor/etnicidade; classes sociais; deficiências e religiões). Também neste bloco, perguntamos, utilizando a Escala de Likert, qual o nível de conhecimento que as pessoas participantes julgam ter sobre os nove temas elencados e previamente citados, qual o nível de interesse que as pessoas participantes têm sobre estes temas e, por fim, qual o nível de conhecimento que as pessoas participantes julgam ter sobre os seguintes preconceitos e opressões: bifobia, capacitismo, etarismo, gordofobia, homofobia, intolerância religiosa, lesbofobia, misoginia, psicofobia, racismo, transfobia e xenofobia, pois são vinculadas aos temas previamente estabelecidos.

As delimitações desses preconceitos/opressões são derivadas dos temas, sendo misoginia, bifobia, homofobia, transfobia e lesbofobia relacionadas aos estudos de gênero e diversidade sexual; capacitismo e psicofobia são relacionadas aos estudos da deficiência; etarismo e gordofobia se relacionam aos estudos de corpo e corporeidade; racismo e xenofobia guardam relação com os estudos de raça/cor/etnicidade; intolerância religiosa se relaciona tanto com os estudos de raça/cor/etnicidade quanto com os estudos da religião.

A escala utilizada, de Likert, “consiste em tomar um construto e desenvolver um conjunto de afirmações relacionadas à sua definição, para as quais os respondentes emitirão seu grau de concordância” (SILVA JÚNIOR; COSTA, 2014, p. 4). É o modelo de escala de verificação “mais utilizado e debatido entre os pesquisadores” (SILVA JÚNIOR; COSTA, 2014, p. 4). A escala aplicada em nosso estudo e sua tradução numérica se referem a cinco pontos, a saber: 1 = não tenho nenhum conhecimento, 2 = conheço um pouco, 3 = conheço moderadamente, 4 = conheço, 5 = conheço muito.

Figura 1: Design do instrumento de coleta de dados



Fonte: Elaboração própria.

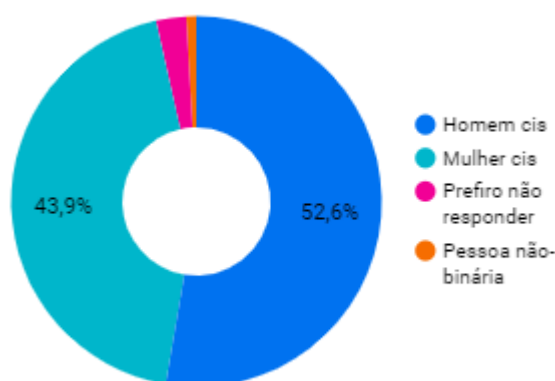
4 Resultados e discussão

Os dados válidos obtidos através do questionário on-line autoadministrado contemplaram 114 participantes da comunidade acadêmica da EMUFRN. Dessa amostra, 89 (78,1%) são estudantes; 21 (18,4%) docentes e 4 (3,5%) participantes declararam exercer dupla função (estudante e docente) na instituição pesquisada. A faixa etária dessas pessoas é, em sua maioria, entre 21 e 25 anos de idade e a menor incidência se concentrou no recorte de 41 a 60 anos. De acordo com a amostra, apenas 4 (3,5%) das pessoas participantes declararam ser pessoa com deficiência.

Quanto à identidade de gênero, a amostra indicou que, quase em sua totalidade, é composta por pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído ao nascer, portanto, são pessoas cisgêneras (96,5%) e, em sua maioria, homens (52,6%). Deste número, 1 pessoa se identificou como não-binária e 3 (2,6%) preferiram não responder, conforme

observamos no gráfico 1. Da amostra total, as/os respondentes afirmaram ser, em sua maioria, heterossexuais (69,3%), bissexuais (14%), homossexuais (10,5%), pansexuais (2,6%), assexuais (1,8%) e pessoas que preferiram não responder (1,8%) compõem o quadro panorâmico sobre as orientações sexuais dos participantes da pesquisa.

Gráfico 1: Identidade de gênero

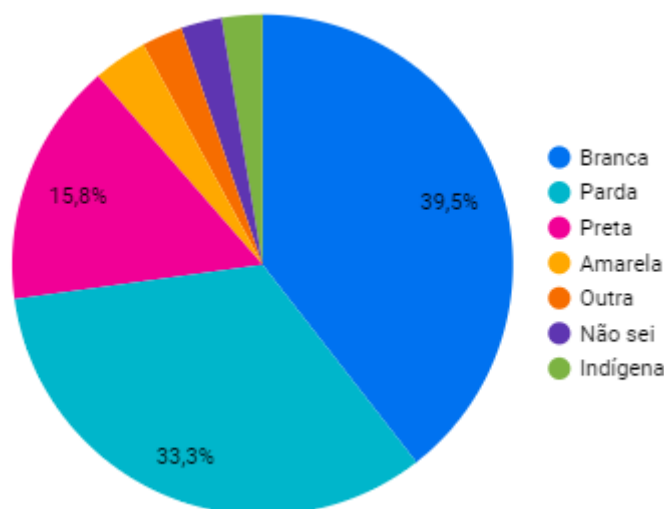


Fonte: Elaboração própria.

Ainda sobre dados gerais dos sujeitos sociais, perguntamos sobre a classe socioeconômica e 30,7% da amostra afirmou ser da classe E (rendimento mensal familiar entre 2 e 1 salários mínimos), indicando maior percentual da amostra total. Já as demais pessoas que declaram pertencer às classes C e B, a diferença foi de 0,9% para menos da Classe B (rendimento mensal familiar de até 20 salários mínimos). As pessoas que indicaram ter acima desse rendimento, contam 4,3% da amostra e os sujeitos que se identificaram abaixo de um salário mínimo contam 10,5%.

Quanto ao marcador social de cor/raça, observamos que as pessoas declaradas brancas (39,5%) assumem maior prevalência da amostra na EMUFRN, sendo que a diferença para as pessoas pardas é de 6,2% para menos comparada às pessoas brancas. Autodeclaradas pretas somam 15,8% da amostra. A presença de cor/raça amarela (3,5%), indígena (2,6%) e até de pessoas que se percebem de outra raça (2,6%) somam a minoria neste estudo, conforme o gráfico 2.

Gráfico 2: Cor/Raça/Etnia

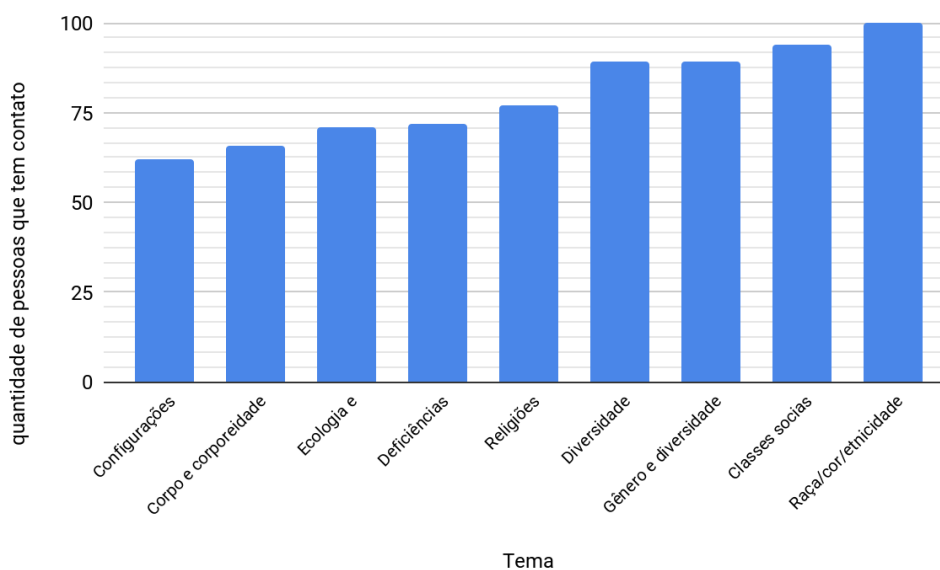


Fonte: Elaboração própria.

Questionamos também qual a religião que as pessoas participantes praticam, pois esse tema também faz parte do constructo teórico - marcadores sociais - e nos interessa conhecer sobre o assunto sob a orientação da interseccionalidade para pensar a formação musical. Nesse sentido, a maioria afirmou ter uma vida espiritual independente de religiões (27,19%). A segunda maior incidência foi para os praticantes da religião católica apostólica romana (17,5%) e quanto às outras religiões, a amostra é pouco expressiva.

De maneira geral, mais da metade das pessoas participantes da pesquisa declararam ter contato com, pelo menos, um dos nove temas elencados (gênero e diversidade sexual; ecologia e sustentabilidade; configurações familiares; diversidade sociocultural; corpo e corporeidade; raça/cor/etnicidade; classes sociais; deficiências e religiões) no cotidiano, em destaque para raça/cor/etnicidade (87,7%) e classes sociais (82,5%). Dessa maneira, os temas que a amostra afirmou ter mais contato são, por ordem de predominância: 1º Raça/cor/etnicidade, 2º Classes sociais, 3º Diversidade sociocultural; Gênero e diversidade sexual, 4º Religiões; 5º Deficiências; 6º Ecologia e Sustentabilidade; 7º Corpo e Corporeidade; 8º Configurações familiares, conforme o gráfico 3.

Gráfico 3: Contato das pessoas com os temas



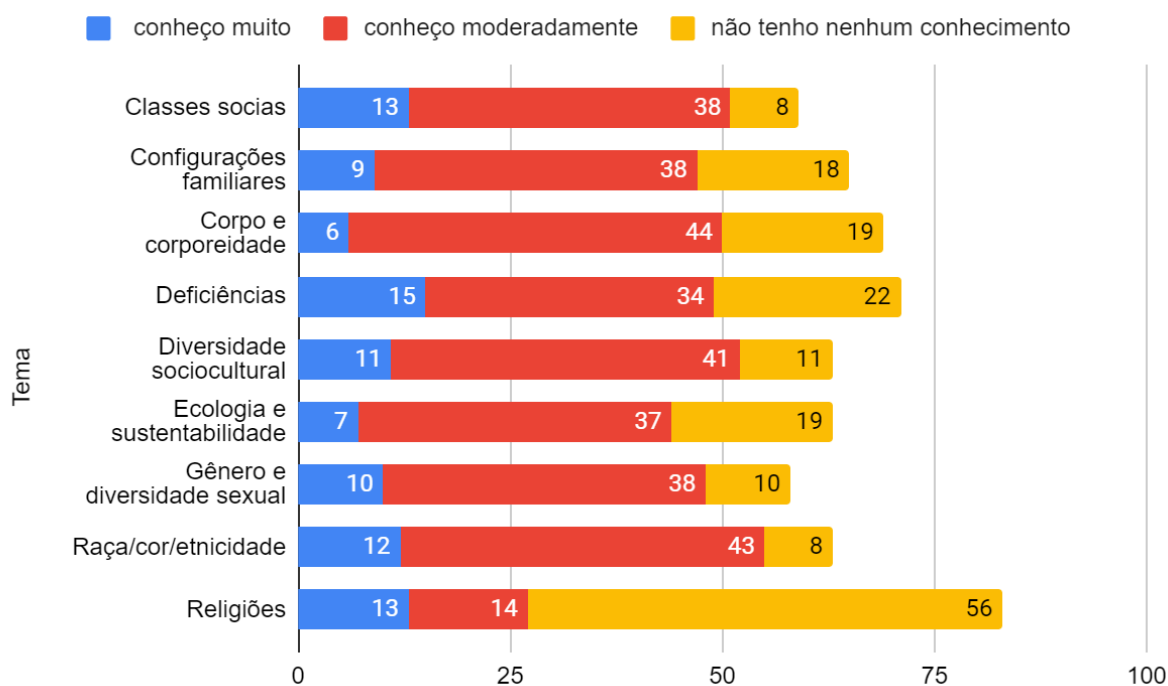
Fonte: Elaboração própria.

Quando perguntamos às pessoas participantes o nível de conhecimento que julgam ter sobre um dos temas previamente estabelecidos, a amostra caiu para menos da metade: entre 29% a 38,5% de conhecimento moderado de pelo menos um dos temas. O tema “religiões” recebeu quase metade de todas as respostas (56) indicando nenhum conhecimento. Nesse sentido, há uma disparidade entre ter contato no cotidiano e o nível de conhecimento sobre o tema informado pelas pessoas participantes da pesquisa, pois a maioria da amostra indicou ter uma vida espiritual independente de religiões, mas o tema foi indicado como mais desconhecido. Destacamos discutir sobre religião ou religiosidades no ensino superior é delicado para muitas pessoas, sobretudo, em situações acadêmicas³.

Em geral, a amostra indicou ter conhecimento moderado (nível 3 da Escala de Likert) sobre todos os temas elencados, conforme o gráfico abaixo:

³ Por exemplo, a dificuldade que uma professora de outra instituição de ensino superior encontrou ao trazer para a sala de aula canções que abordam a sacralidade afro-brasileira. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/cultura/musica/musica-sacra-afro-brasileira-enfrenta-resistencia-de-alunos-evangelicos-na-escola-de-musica-da-ufjr-23906215>>. Acesso em: 9 ago. 2021.

Gráfico 4: nível de conhecimento percebido das pessoas com os temas



Fonte: Elaboração própria.

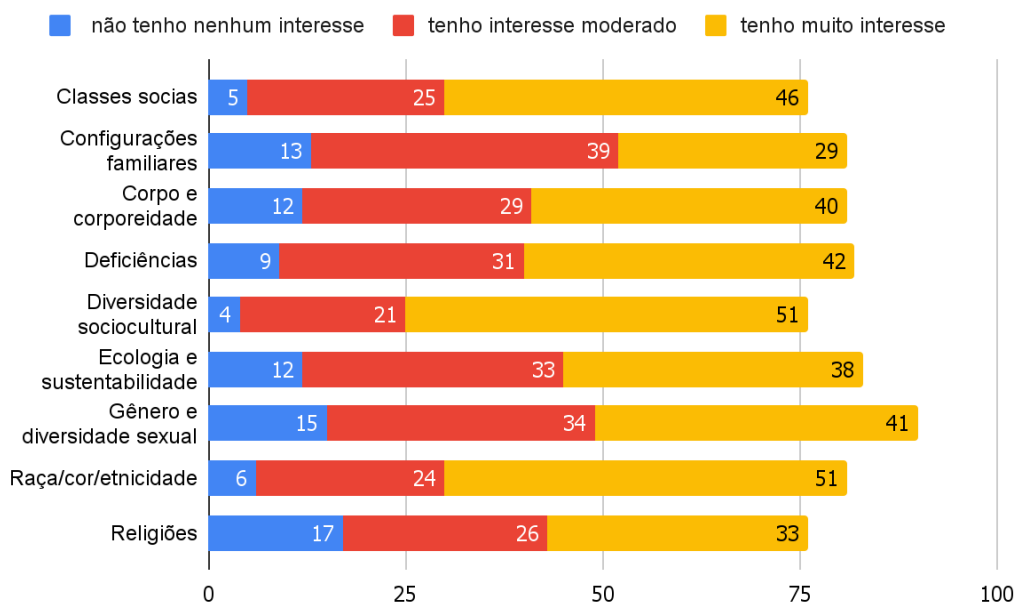
De acordo com o gráfico, participantes que declararam ter muito conhecimento - sinalizado pela cor em azul - foram para o tema “Deficiências”. Parte desse conhecimento se deve ao fato de a EMUFRN ser uma das pioneiras do Brasil em promover ações, projetos de extensão e discutir sobre o tema na formação em música a partir do Setor de Musicografia Braille (SEMBRAIN). Além disso, o tema é uma disciplina obrigatória na estrutura curricular do curso de graduação (licenciatura) em música e optativa na grade curricular do curso de bacharelado em música da EMUFRN. De forma contraditória, o tema “Deficiências” foi sinalizado como o segundo maior em que as pessoas respondentes indicaram não ter nenhum conhecimento, com 22 respostas.

Perguntamos, utilizando a Escala de Likert, qual o nível de interesse demonstrado que colaboradores/as julgam ter sobre os nove temas. Em vez de da palavra “conhecimento”, que estavam nas outras escalas, substituímos por “interesse”, de modo que a tradução numérica corresponde a 1 = não tenho nenhum interesse, 2 = tenho um pouco de interesse, 3 = tenho interesse moderado, 4 = tenho interesse, 5 = tenho muito interesse.

Observamos que, nenhum tema atingiu a metade da amostra em “tenho muito interesse”, o que corresponderia a 57 (50%), mas os que mais se aproximaram foram

diversidade sociocultural e raça/cor/etnicidade (51/cada), seguidos de classes sociais (46), deficiências (42), gênero e diversidade sexual (41). Em geral, a amostra indicou mais interesse nos temas do que desinteresse nos temas previamente estabelecidos.

Gráfico 5: Nível de interesse demonstrado pelos temas

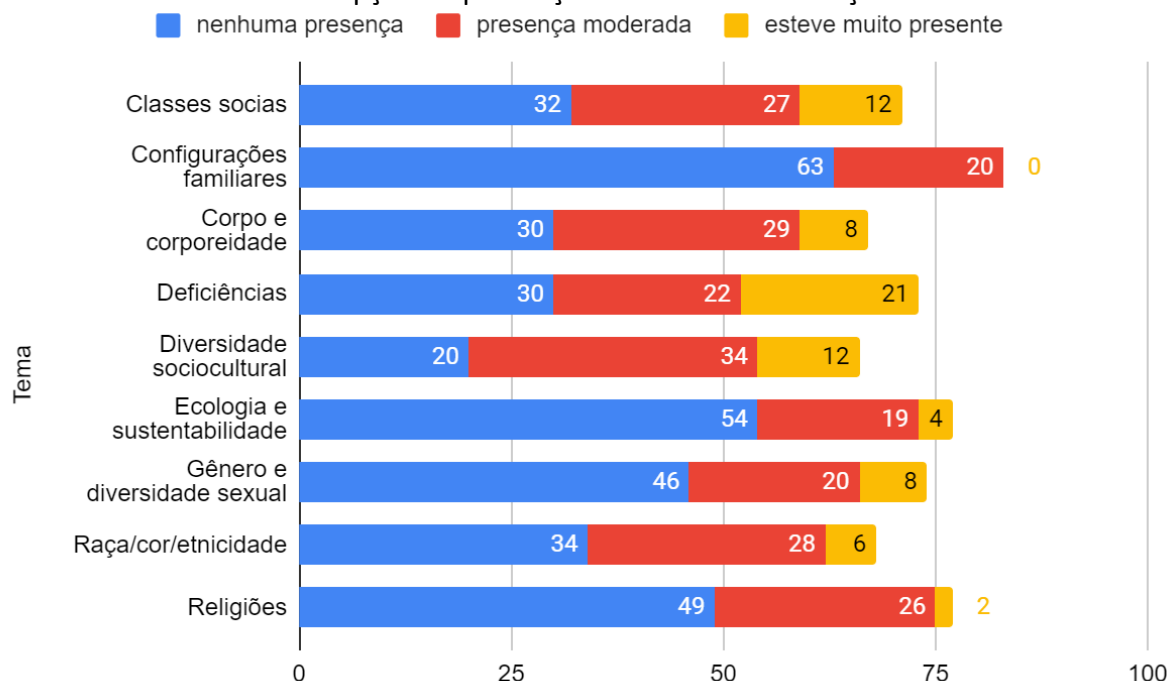


Fonte: Elaboração própria.

Perguntamos, ainda utilizando a Escala de Likert, o quanto esses temas estiveram presentes em suas formações acadêmicas. Em vez da palavra “interesse”, que estavam na escala acima, substituímos por “presença”, de modo que a tradução numérica se refere a: 1 = nenhuma presença, 2 = pouca presença, 3 = presença moderada, 4 = esteve presente, 5 = esteve muito presente.

De acordo com a percepção das pessoas respondentes sobre a presença dos temas em suas respectivas formações acadêmicas, mais da metade da amostra indicou que o tema mais ausente foi “configurações familiares” (63). Em seguida, outros temas indicados como ausentes foram “ecologia e sustentabilidade” (54), “religiões” (49), “gênero e diversidade sexual” (46). O tema considerado mais presente nas formações acadêmicas das pessoas respondentes foi “deficiências” (21).

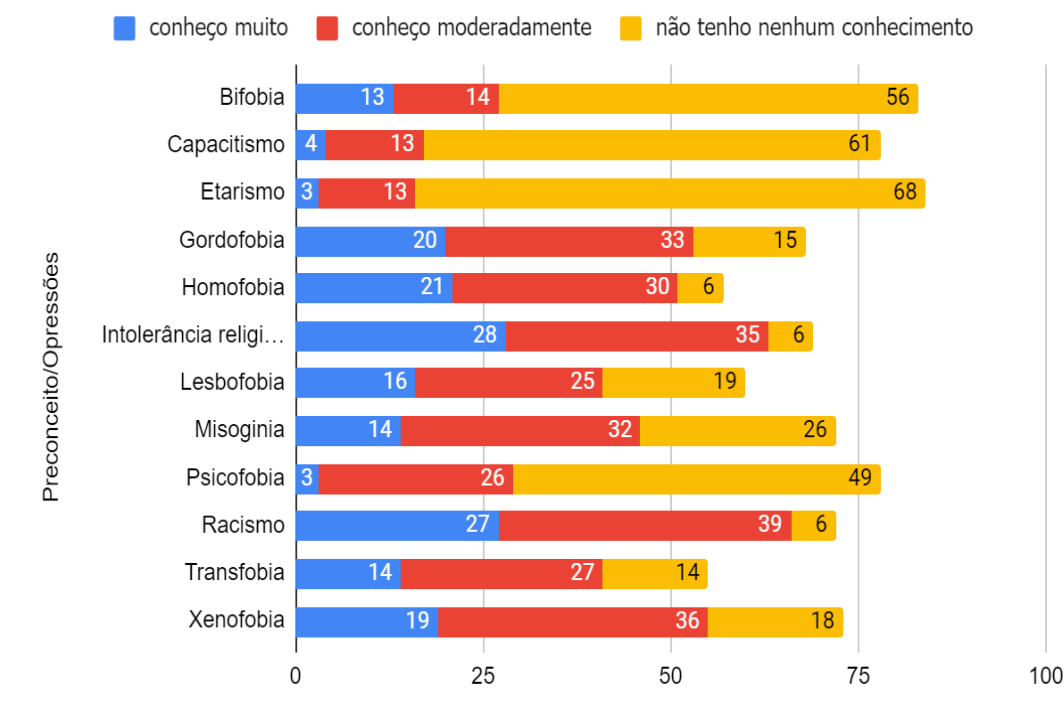
Gráfico 6: Percepção de presença dos temas na formação acadêmica



Fonte: Elaboração própria.

Questionamos qual o nível de conhecimento que as pessoas participantes julgam ter sobre 13 (treze) tipos de preconceitos e opressões: bifobia, capacitismo, etarismo, gordofobia, homofobia, intolerância religiosa, lesbofobia, misoginia, psicofobia, racismo, transfobia e xenofobia. A amostra indicou ter muito conhecimento sobre intolerância religiosa (28) e racismo (27), ao passo que indicou ter nenhum conhecimento sobre etarismo (68), capacitismo (61), bifobia (56). Em geral, a amostra demonstrou ter conhecimento moderado sobre as demais opressões e preconceitos.

Gráfico 7: nível de conhecimento sobre preconceitos e opressões



Fonte: Elaboração própria.

Como vemos no gráfico acima, o menor valor de pessoas que indicaram “conhecer muito” está entre 3 e 4 pessoas, corresponde a menos que 3,5% do total da amostra. Essa minoria indicou “conhecer muito” os mecanismos de Etarismo, Psicofobia e Capacitismo. Observamos que estas pessoas participantes podem ter muito conhecimento em um ou mais tipo de preconceito/opressão sociais. Ao cruzar os dados, constatamos que esses sujeitos participantes, são discentes que declararam terem conhecimento em pelo menos um desses mecanismos de opressão citados, o que pode indicar que discentes aprenderam sobre esses tipos de preconceito/opressão sociais em outros espaços, além da EMUFRN.

A partir dos dados até aqui apresentados, poderíamos tecer, uma caracterização geral da amostra: um aluno sem deficiência com idade entre 21 a 25 anos, cisgênero e heterossexual, branco, pertencente à classe E (2 e 1 salário mínimo), com uma vida espiritual independente de religiões. Este “estudante-padrão” afirmou ter contato próximo com discussões de raça/cor/etnicidade e classes sociais, também considerou ter conhecimento moderado sobre todos os temas elencados, com exceção do tema “religião”. Ele indicou ter interesse pelas discussões de “diversidade sociocultural”, “raça/cor/etnicidade”, “classes sociais”, “deficiências”, “gênero e diversidade sexual”, mas sinalizou que nenhum destes

temas esteve presente em sua formação acadêmica (exceto, em parte, o tema "deficiências"). Ele também afirmou ter muito conhecimento sobre intolerância religiosa e racismo, mas disse conhecer moderadamente ou pouco conhecer outras formas de opressão e preconceito.

Ao construir este “retrato” a partir dos dados coletados, é possível imaginarmos cenários em que os interesses pelas discussões sobre gênero, sexualidade e interseccionalidades se tornem discussões acadêmicas. Como consequência, isso poderia causar impacto na formação de músicos/as, professores/as e pesquisadores/as da área e na transformação de instituições mais acolhedoras para pessoas com deficiência, indígenas, pretas, LGBTQIA+, de diversas religiões e classes sociais, construindo, assim, um outro mundo.

5 Considerações finais

Esta comunicação apresentou dados descritivos de um estudo em andamento. A próxima etapa do trabalho consiste no aprofundamento das análises seja de forma quantitativa, relacionando variáveis observadas no estudo, seja de forma qualitativa, considerando as respostas das questões abertas. Acreditamos que os resultados parciais, aqui apresentados, podem ajudar a fomentar o debate sobre gênero, sexualidade e interseccionalidade na formação de músicos/as, professores/as e pesquisadores/as da área e, sobretudo podem servir como instrumento de reflexão sobre o papel da formação musical no enfrentamento das distintas e inseparáveis formas de preconceito, discriminação e opressão. Esperamos também provocar inquietações acerca das ausências na formação e atuação na área de música, inquietações que nos mobilizem na promoção do respeito e do atendimento aos direitos de todas as pessoas, servindo para pensar estratégias de ação e enfrentamento de toda forma de opressão social.

Referências

- BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, v. 26, jan-jun, p. 329-376, 2006.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, v. 1, p.171-188, 2002.
- CRENSHAW, Kimberlé. Mapeando as margens: Interseccionalidade, políticas identitárias e violência contra mulheres de cor. In: MARTINS, Ana Claudia Aymoré; VERAS, Elias Ferreira (Orgs.). *Corpos em Aliança: diálogos interdisciplinares sobre gênero, raça e sexualidade*. Tradução: Paula Granato e Gregório Benevides. Curitiba: Appris, 2020.
- HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. 15ª ed.; 6ª reimpressão. Petrópolis: Vozes, p. 103-133, 2020.
- NOGUEIRA, Conceição. *Interseccionalidade e psicologia feminista*. Salvador: Devires, 2017.
- PARAÍSO, Marlucy Alves. Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação e currículo: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias analíticas. In: PARAÍSO, Marlucy Alves; MEYER, Dagmar Estermann (Orgas.). *Metodologias de Pesquisas pós-críticas em educação*. 2ªed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014.
- PELÚCIO, Larissa. Marcadores sociais da diferença nas experiências travestis de enfrentamento à AIDS. *Saúde Soc.*, São Paulo, v. 20, n. 1, p.76-85, 2011.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. 15ª ed.; 6ª reimpressão. Petrópolis: Vozes, p. 73-102, 2020.
- WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. 15ª ed.; 6ª reimpressão. Petrópolis: Vozes, p. 7-72, 2020.
- ZAMBONI, Marcio. Marcadores sociais da diferença. *Sociologia: grandes temas do conhecimento*, São Paulo, v. 1, ago., p. 14-18, 2014, Especial Desigualdades. Disponível em: <https://assets-dossies-ipg-v2.nyc3.digitaloceanspaces.com/sites/2/2018/02/ZAMBONI_MarcadoresSociais.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2021.